

## Editorial

O volume quarto, número um do ano de 2013 da Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania, pretende compartilhar com a comunidade acadêmica, uma coletânea de textos que apresenta uma análise científica de variados temas atuais da sociedade contemporânea. Dentre eles, destaca-se: Max Weber Recepcionado pela Constituição: o viés constitucional da dignidade como prisma necessário ao trabalho humano; A Afetividade, o Dever de Cuidado e o Direito de Família; A Indignação!; Os Princípios Norteadores do Código Civil de 2002; O Sentido da Maldade na Obra Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal de Hannah Arendt; Lutas de Classes e Inserção Social; e Aspectos Relevantes do Instituto da Arbitragem no Direito Brasileiro e no Mercado Comum do Sul, artigos estes elaborados pelo corpo docente da Fac São Roque.

O periódico apresenta também artigos elaborados pelo corpo discente sob a orientação de professores, são eles: A Importância da Mediação Familiar como Instrumento para Viabilizar a Concessão da Guarda Compartilhada; A Tipicidade no Homicídio Decorrente de Acidente de Trânsito: Dolo Eventual *Versus* Culpa *Stricto Sensu*; A Aplicabilidade da Lei de Direitos Autorais na Música sob a Perspectiva da Banda 14 Bis; Da Usucapião em Áreas de Preservação Ambiental; e Da Colisão de Princípios de Direitos Fundamentais e o Fim da Prisão Civil do Depositário Infiel.

No primeiro texto dos trabalhos do corpo docente, *Max Weber Recepcionado pela Constituição: o viés constitucional da dignidade como prisma necessário ao trabalho humano*, os Profs. Bruno Gadelha Xavier e Caroline Simon da Faculdade de Direito de Vitória, identificam o axioma fundamental da dignidade da pessoa humana como pressuposto para a correta aplicação do Direito do Trabalho. O trabalho tem por objetivo reafirmar a necessidade da devida observância ao referido princípio, tendo em vista as constantes transgressões praticadas à faceta subjetiva humana no âmbito laboral.

O segundo artigo apresenta *A Afetividade, o Dever de Cuidado e o Direito de Família*, pesquisa realizada pela Profa. Mestre Fernanda Garcia Escane, aduzindo o os conceitos de afeto, de afetividade, de poder familiar e as relações

existentes entre eles. A partir desses conceitos e dessa relação, a professora discute a responsabilidade civil dos genitores em face do abandono afetivo.

Em seguida a Profa. Mestre Fernanda Garcia Escane escreve sobre *A Indignação!* O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões a respeito do comunicado publicado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, sobre a determinação de que os servidores do Poder Judiciário dispensem tratamento com respeito e urbanidade a partes e advogados. Para isso, apresentaram-se definições de termos como 'respeito', 'urbanidade' e 'educação', que serviram de parâmetros para discussões sobre comportamento, moral e ética.

A Profa. Fernanda Garcia Escane apresenta mais um artigo intitulado *Os Princípios Norteadores do Código Civil de 2002* demonstrando categoricamente a atualidade do Código Civil, permeado pelos princípios de Direito Civil, ressaltando os princípios da eticidade, sociabilidade e operabilidade.

O quinto artigo apresenta *O Sentido da Maldade na Obra Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal de Hannah Arendt*, pesquisa realizada pelo Prof. Mestre Fernando Silveira Melo Plentz Miranda, aduzindo sobre o conceito da expressão banalidade do mal criado por Hannah Arendt após o julgamento de Adolf Eichmann pelo Tribunal de Jerusalém.

Na seqüência o Prof. Mestre Fernando Silveira Melo Plentz Miranda apresenta um estudo sobre *Lutas de Classes e Inserção Social*, cujo objetivo foi examinar a questão da inserção social das pessoas de diferentes classes sociais que interagem em sociedade, sendo necessário analisar da formação da estrutura do Estado e da sociedade para identificação da origem das diferentes classes sociais.

Para concluir a série de artigos do corpo docente a Profa. MSc. Maria Bernadete Miranda apresenta o artigo intitulado *Aspectos Relevantes do Instituto da Arbitragem no Direito Brasileiro e no Mercado Comum do Sul*. O objetivo da pesquisa foi um estudo sobre a constitucionalidade do instituto da arbitragem no Direito brasileiro e em especial no Mercosul. A autora apresenta conceitos, legislação e laudos arbitrais aplicados no Mercado Comum do Sul.

Em seguida temos os artigos elaborados pelo corpo docente sob a orientação de professores da Fac São Roque.

O primeiro artigo do corpo discente foi elaborado pela aluna Celina da Silva Zanotta sob a orientação da Profa. Fernanda Garcia Escane com o tema *A Importância da Mediação Familiar como Instrumento para Viabilizar a Concessão da Guarda Compartilhada*, teve como meta a guarda compartilhada, que tem por objetivo principal a corresponsabilidade parental e o exercício pleno do poder familiar após a separação conjugal. Entende a aluna que diante desse quadro, essas dificuldades poderiam ser minimizadas através da utilização da mediação familiar, uma forma de resolução de conflitos em que um terceiro auxilia as partes, visando restaurar o diálogo e o respeito.

Em seguida a aluna Deborah Vieira Melo dos Santos, sob a orientação da Professora Elaine Glaci F. Errador Casagrande apresenta o artigo intitulado *A Tipicidade no Homicídio Decorrente de Acidente de Trânsito: Dolo Eventual Versus Culpa Stricto Sensu*, mostrando a essência e a interpretação das normas jurídicas, bem como a evolução conceitual do crime, no mundo e no Brasil, a fim de elucidar os elementos constitutivos, de forma genérica e de forma específica, especialmente quanto a seus elementos subjetivos, nos homicídios decorrentes de acidentes de trânsito.

No terceiro artigo a aluna Monica Cristina Sala sob a orientação do Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda apresenta *A Aplicabilidade da Lei de Direitos Autorais na Música sob a Perspectiva da Banda 14 Bis*, com o objetivo de demonstrar os direitos autorais no Brasil e no mundo. Conclui a autora que, segundo o ponto de vista do músico Cláudio Venturini, vocalista da banda 14 Bis, a Lei de Direito Autoral nº 9610/98, que se encontra, atualmente em vigor, de modo geral, proporciona a proteção do autor à medida que lhe consagra o direito exclusivo de dispor de sua obra da maneira que tiver interesse. Por outro lado, destaca que, a forma de arrecadação de distribuição dos valores atinentes ao direito autoral deve ser melhorada, a fim de que seja possível um maior controle do caminho que o dinheiro percorre desde o momento em que o artista informa as músicas que serão executadas em show até o efetivo pagamento dos direitos autorais, bem como que este ocorra mais rapidamente.

Na seqüência Morana Serrano Silvino orientada pelo Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda aborda *Da Usucapião em Áreas de Preservação Ambiental*, cujo objetivo foi demonstrar a viabilidade ou não de usucapião em

terras particulares e pública que possuem áreas de preservação ambiental. Diz a aluna que através da compreensão de áreas de preservação ambiental, preservação permanente e reserva legal, a função da usucapião possui além do compromisso com a legislação civil, uma responsabilidade com legislação ambiental. A correta compreensão da função social da propriedade, a responsabilidade da União, dos Estados e do Município em determinar políticas claras e efetivas de preservação ambiental, além de um bom zoneamento ambiental, um plano diretor da cidade comprometido e bem elaborado, mostraram-se ferramentas fundamentais para o desenvolvimento da região.

O quarto artigo foi elaborado por Priscila de Oliveira dos Anjos sob a orientação do Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda, com o tema *Da Colisão de Princípios de Direitos Fundamentais e o Fim da Prisão Civil do Depositário Infiel*. Nessa pesquisa a aluna traz as condições da discussão acerca da possibilidade da prisão civil do depositário infiel no atual contexto jurídico brasileiro, onde analisa sua previsão, bem como o instituto que suspende sua aplicabilidade. Diz a aluna que referida discussão ocorreu em decorrência de existir a previsão legal do instituto da prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico, mais especificamente no inciso LXVII, artigo 5º, da Constituição Federal, sendo que esta, em decorrência de sua supremacia deve ser respeitada por todas leis infraconstitucionais.

A coletânea apresenta artigos que são os resultados das pesquisas científicas realizadas por professores, alunos e convidados da Fac São Roque, que nesta parceria, legitimam a relevância dos movimentos de integração acadêmica para o desenvolvimento científico.

**Profa. MSc. Maria Bernadete Miranda**